

Lei N°1.174/2013

“Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e Institui o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC do Município de Angelina e dá outras providências”.

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC

Art. 1 º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Angelina, diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2 º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3 º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estrito intercâmbio, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

Art. 4 º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC será um órgão integrante do Sistema Nacional e Estadual de Defesa Civil, que terá como competência o desenvolvimento das seguintes atividades e ações:

I- promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente do ensino municipal;

II- estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos visando à proteção da comunidade contra as conseqüências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o Município;

III- participar e colaborar nos programas estaduais e federais de Defesa Civil;

IV- promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, obedecendo ao princípio de que a ação de Defesa Civil inicia-se no Município, seguindo-se o Estado e a União;

V- fornecer subsídios, quando possível, para esclarecimentos relativos à Defesa Civil;

VI- atuar coordenadamente com os órgãos Federais e Estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade;

VII- estimular e desenvolver atividades, visando mobilizar a comunidade para iniciativas de Proteção e Defesa Civil;

VIII- promover estudos e propor recomendações sobre as conseqüências desastrosas, causadas por negligência humana, que possa provocar estado de emergência, que reclame ação da Defesa Civil;

IX- comunicar ao órgão estadual e ou federal de Defesa Civil as ocorrências consideradas de porte significativo e solicitar às providências que julgar necessárias;

X- coordenar todas as ações emergenciais, de resposta e reestabelecimento sempre que ocorrer no Município estado de calamidade pública ou situação emergencial, conforme legislação vigente;

XI- identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

XII - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

XIII - recomendar e ou declarar situação de emergência e estado de calamidade pública no Município, nos termos da legislação, através de colegiado ou despacho do Presidente do COMPDEC;

XIV - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

XV - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

XVI - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

XVII - promover a coleta e distribuição de suprimentos em situações de desastre;

XVIII - efetivar o levantamento, avaliação e quantificação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIX - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

XX - executar a PNPDEC em âmbito local;

XXI - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e o Estado;

Art.5 º A COMPDEC terá a seguinte estrutura:

I- Presidência

II- Secretaria

III- Conselho Técnico

IV- Conselho Comunitário

V- Núcleo de Defesa Civil

Art. 6 º A Presidência da COMPDEC será composta por um Presidente e um Vice-Presidente, indicados pelo Chefe do Executivo Municipal, a quem compete organizar todas as atividades da Coordenadoria.

Art. 7 º A Secretaria será dirigida por um Secretário designado pelo Presidente.

Art. 8 º O Conselho Técnico será composto por:

- I - 01 representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- II - 01 representante da Secretaria Municipal da Agricultura;
- III - 01 representante da Secretaria Municipal da Assistência Social;
- IV - 01 representante da Secretaria Municipal da Educação;
- V - 01 representante da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras;
- VI - 01 representante da Secretaria Municipal da Administração;
- VII - 01 representante do Poder Legislativo;
- VIII - 01 representante do CONSEG;
- IX - 01 representante da EPAGRI;
- X - 01 representante do CPC;
- XI - 01 representante do Projeto de Micro Bacias;

Parágrafo único. Para cada membro haverá um suplente.

Art. 9º Compete e são atribuições do Conselho Técnico:

- I- efetivar estudos e elaborar planos solicitados pela Presidência da COMPDEC;
- II- propor planos de trabalho;
- III- participar das reuniões e dos trabalhos da COMPDEC;
- IV- coordenar os Grupos de Trabalhos no âmbito de sua área de atuação;
- V- atuar harmonicamente com os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMPDEC.

Art. 10. O Conselho Comunitário será composto, além dos membros que compõem o Conselho Técnico, de:

- I- 02 representantes de Associações de bairros, devidamente constituídas, indicados pelos seus Presidentes;
- II- 02 representantes de Associações de classes e/ou sindicatos sediados no Município, indicados pelos seus Presidentes;
- III - 01 representante do Clero local, indicado pelos seus pares.

Art.11. Compete e são atribuições do Conselho Comunitário:

- I- realizar ações conjuntas com todos os órgãos da COMPDEC e a comunidade, que visem execução de medidas de prevenção, prestação de socorro, assistência e recuperação dos danos causados ao município, além de outras ações relacionadas com a Defesa Civil, nas situações de calamidade pública ou de emergência.
- II - auxiliar o presidente da COMPDEC, sempre que por ele for convocado para missões especiais;
- III - propor planos de trabalho à sua área específica.
- IV - atuar coordenadamente com os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMPDEC;
- V- participar das reuniões de trabalhos da COMPDEC sempre que for convocado pelo Presidente;
- VI - realizar campanhas de esclarecimento sobre a Defesa Civil junto com a comunidade.

Art. 12. O NUDEC - Núcleo de Defesa Civil será constituído por 10 (dez) membros e seus respectivos suplentes, indicados pelo Chefe do Executivo, sendo 05 (cinco) representantes do Distrito do Garcia e 05 (cinco) representantes do Distrito da Barra Clara, a quem compete trabalhar segundo as normas da COMPDEC.

Art. 13. Os servidores públicos designados para participar da estrutura da COMPDEC, bem como os chamados para colaborar nas ações de emergência ou calamidade pública, exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam, não fazendo jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 14. Todo o membro integrante dos órgãos da COMPDEC será após as respectivas indicações, designado pelo Prefeito Municipal, mediante Portaria.

CAPÍTULO II

Do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC

Art. 15. Fica criado o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC do Município de Angelina, vinculado ao Gabinete do Prefeito, na forma de Unidade Orçamentária integrante do Orçamento Geral do Município, que terá inscrição própria no CNPJ.

Parágrafo único. A gestão do FUMDEC será feita pelo Presidente da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 16. O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, inerentes à área de Proteção e Defesa Civil, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 17º Compete ao gestor do FUMDEC, que será o Presidente do COMPDEC:

- I - administrar recursos financeiros;
- II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
- III - prestar contas da gestão financeira;
- IV - movimentar e aplicar os recursos do Fundo, juntamente com o Prefeito Municipal ou com pessoa a quem este delegar;
- V - assinar a movimentação financeira das contas do Fundo;
- VI - ordenar despesas com seus recursos, de acordo com a legislação pertinente;
- VII - celebrar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou privadas, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo;
- VIII - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas;
- IX - firmar com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;
- X - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços;
- XI - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;
- XII - elaborar a proposta orçamentária do Fundo em consonância com o Plano Plurianual - PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, submetendo-a a apreciação do Prefeito, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes, na época e na forma determinadas em Lei ou regulamento;
- XIII - monitorar a execução dos projetos conveniados;
- XIV - desenvolver atividades atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo e que sejam compatíveis com os objetivos do Fundo.

Art. 18. Constituem receitas do FUMDEC:

I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - os recursos transferidos da União, Estado ou Município, bem como de seus órgãos e fundos;

III - as doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

V - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VI - os recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - os recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando à ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

VIII - os recursos proveniente de alienação de materiais ou equipamentos inservíveis;

IX - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - Os recursos que compõem o FUMDEC serão movimentados em instituição financeira oficial, em conta específica, com identificação/denominação expressa "*Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Angelina*", que possuirá, adicionalmente, cartão de pagamento denominado "*Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC*".

Art. 19. O saldo positivo do FUMDEC, apurado em balanço, obrigatoriamente será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 20. Os recursos do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC serão aplicados:

I - na execução das ações de defesa civil, as quais compreendem os aspectos globais de prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução/recuperação originada por desastres;

II - na efetivação de ações preventivas, de socorro, de reestabelecimento e assistência emergencial às populações atingidas por desastres e ou recuperação dos danos resultantes na área de infraestrutura, bem como no custeio operacional das obras necessárias para recuperação e reconstrução dos locais atingidos pelos desastres;

III - na contratação de serviços necessários ao desenvolvimento dos serviços, programas e projetos relacionados à reconstrução e reabilitação de cenários de desastres e da infraestrutura danificada;

IV - na construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para atender pessoas em situação de emergências ou calamidades;

V - no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle de suas ações;

VI - no custeio das suas despesas de funcionamento, como aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos serviços, programas e projetos;

VII - no desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de defesa civil.

Art. 21. Compete a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, além de outras atribuições estabelecidas por Lei, supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos do FUMDEC, e ainda:

- I - fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;
- II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III - apreciar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações, alocados no FUMDEC;
- IV - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;
- V - disciplinar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos;
- VI - analisar e aprovar as contas do FUMDEC;
- VII - promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;
- VIII - apresentar anualmente relatório de suas atividades;
- IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 22. Compete ao Poder Executivo Municipal prover à infraestrutura necessária para o funcionamento do FUMDEC, garantindo os recursos materiais, humanos e financeiros.

CAPÍTULO III Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 23. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a prover as alterações, que se fizerem necessárias, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária, que estejam em vigor, bem como em abrir créditos adicionais e especiais, necessários à instituição orçamentária para o Fundo Municipal de Defesa Civil – FUMDEC.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei Nº 976/2005, de 21 de novembro de 2005.

Angelina, 14 de Outubro de 2013

**José Nilton da Silva
Prefeito Municipal**

